

SUICÍDIO E FENOMENOLOGIA EXISTENCIAL: DIÁLOGOS E POSSIBILIDADES DIANTE DO FENÔMENO

Franciele Marina dos Santos¹

Raíssa Muffato Salomão²

Mariela C. de Aguiar Costa³

RESUMO

Este trabalho busca abordar o suicídio enquanto um fenômeno complexo que esteve presente ao longo de toda a história da humanidade e apresentou significações diversas de acordo com cada tempo e cultura, não assumindo, portanto, uma linearidade e uma definição. Ainda que haja aspectos particulares de cada época e cultura, salienta-se que os estudos historiográficos permitem constatar que os estigmas e as ideias moralizantes associados ao suicídio foram e ainda são elementos comuns aos mais variados contextos em que esse fenômeno se apresenta. É contrapondo-se às ideias estigmatizantes historicamente construídas que este trabalho pretende pensar o fenômeno do suicídio. Para tanto, o conteúdo foi elaborado a partir da perspectiva fenomenológico-existencial com o objetivo de propor uma compreensão multifacetada, focada nas diferentes formas de ser e estar no mundo e de experienciar os fenômenos, que se apresentaram enquanto necessárias no contexto atual. Como embasamento para a construção deste trabalho, foram feitos levantamentos bibliográficos acerca da questão histórica do suicídio e de três autores e seus respectivos conceitos: Martin Heidegger e as noções de Autenticidade e Inautenticidade; Jean-Paul Sartre, com os aspectos da Angústia, Liberdade e Projeto existencial e Viktor Frankl, pensando a busca do Sentido da vida. Destaca-se que, entre os três autores citados, um elemento comum trabalhado neste artigo foi o caráter de liberdade e responsabilidade na ação voltada à vida, mesmo diante das adversidades. No entanto, é relevante salientar que esses conceitos foram pensados contextual e criticamente, considerando que nenhum deles pode ser compreendido de maneira totalizante e tampouco como soluções prontas ao autoextermínio. A partir do diálogo entre os autores mencionados, buscou-se compreender, de forma reflexiva, a atuação do psicólogo (a) diante da questão do suicídio, assim como as contribuições dessas discussões para o tema. A finalidade foi promover reflexões que emergiram desse debate, ampliando a abordagem sobre o fenômeno sob diferentes perspectivas, com ênfase nas possibilidades de atuação da Psicologia fenomenológico existencial frente ao fenômeno. Como principais resultados, esse artigo buscou abordar os conceitos fenomenológicos enquanto passíveis de serem problematizados, mas que trabalhados sob um viés crítico, pode se apresentar como possibilidades contextuais de enfrentamento diante do suicídio.

Palavras-Chave: Suicídio; Fenomenologia Existencial; Perspectiva Crítica; Possibilidades

¹ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). E-mail: francielemarina@gmail.com

² Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). E-mail: raissamsalomaopsi@gmail.com

³ Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). E-mail: mariela.costa@uniptan.edu.br

ABSTRACT

This work seeks to address suicide as a complex phenomenon that has been around since the beginning of humanity that has presented different meanings according to each time and culture, not assuming a linearity and definition. Even though there are particular aspects of each time and culture, stands out the historiographical studies allow to ascertain that the stigmata and the moralizing ideas associated to the suicide were and still are common elements of the most several contexts that this phenomenon presents itself. Opposing to the stigmatizing ideas that were historically built that this work intends to think on the phenomenon of suicide. For that, the subject were elaborated under the perspective of the phenomenological-existential with the objective to propose a multifaceted understanding, focused on the different ways of being and living in the world and to experience the phenomena, that presented themselves as vitals in the current context. As a basis for the development of this work, bibliographical surveys were carried out about the historical issue of suicide, using three writers and their respective concepts: Martin Heidegger and the notions of authenticity and inauthenticity; Jean-Paul Sartre, with the anguish aspects, freedom and existential Project, and Viktor Frankl, seeking the meaning of life. Freedom and responsibility in actions aimed at life, were the most stand out common factor in all three of the writers, even with the adversities. However, it's relevant to emphasize that this concepts were think contextually and critically, considering that not any of them can be totally comprehended and neither as already made solution for self-extermination. From the dialogue between the mentioned writers, sought to understand, in a reflective way, the psychologist deed behind the suicide issue, as the contribution of this discussion to this matter. The purpose was to promote thoughts that emerged from this debate, increasing the approach about the phenomenon under different perspectives, with emphasis on the possibilities of action of existential phenomenological psychology in the face of the phenomenon. As a main result, this article seeked to approach the phenomenological concept as likely to be problematized, but worked under a critical bias, that can be presented as a context possibility facing suicide.

Keywords: Suicide; Existential Phenomenology; Critical Perspective; Possibilities.

INTRODUÇÃO

Conforme proposto por George Minois (2018) em *História do Suicídio: A Sociedade Ocidental Diante da Morte Voluntária*, o suicídio, ao longo da história, foi interpretado de maneiras distintas, variando conforme a época e o contexto. Em certos períodos, foi visto como um ato de rebelião político-religiosa e desonra; em outros, como uma forma de resistência, coragem e até mesmo como prova de amor. Além disso, o historiador pontua que os casos de suicídio não foram totalmente registrados nos livros oficiais, o que dissimulava que esses eram pouco numerosos, a fim de que fosse possível esconder e suprimir a emergência do autoextermínio e o debate acerca dessa temática.

No mundo contemporâneo, destaca-se que, apesar das evoluções e do crescimento dos debates acerca do fenômeno, o suicídio ainda é abordado como um tabu repleto de questões e

silenciamentos. Ainda hoje, as tentativas de negligenciá-lo são incessantes, e quando esse tema é abordado, é majoritariamente pelo viés do senso comum e de perspectivas moralizantes, que tendem a silenciar e a reforçar o julgamento de pessoas que tentaram o suicídio e de sujeitos próximos a elas, bem como corroboram para detratir a memória daqueles que concretizam o ato (Rocha, 2007, p. 196 *apud* Feijoo, 2021). Nesse aspecto, a abertura para a construção desses diálogos e perspectivas ampliadas são, não só necessárias, como muito pertinentes para se pensar nas possibilidades de enfrentamento dessa questão. Assim, é relevante que a Psicologia enquanto um saber científico, possa pensar o suicídio para além de discursos estigmatizantes, rótulos, preconceitos e verdades estabelecidas e se dedique a uma compreensão multifacetada e humanizada do fenômeno.

Considerando a complexidade previamente mencionada, destaca-se que este estudo reconhece que as motivações para o suicídio não se restringem às questões existenciais, mas são influenciadas por uma multiplicidade de fatores e fundamentos, que inclusive podem transcender o âmbito psicológico. Conforme Werlang (2013) em publicação do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013, p. 26) “considerando a experiência clínica e a experiência de pesquisa, (...) há grande complexidade para compreender o comportamento suicida. Sabemos que há fatores emocionais, psiquiátricos, religiosos e socioculturais”. Sendo assim, embora este trabalho tenha como enfoque a perspectiva existencial, é imprescindível reconhecer que os fatores citados são muito significativos para compreender o fenômeno e são potencialmente ampliadores da vulnerabilidade do sujeito, tanto para favorecer a ocorrência do suicídio como para dificultar intervenções que auxiliem na Saúde Mental, uma vez que podem restringir as possibilidades de ação do indivíduo.

No entanto, ainda que essas variáveis precisem ser consideradas em cada contexto, não pretende-se propor que essas são determinantes para o suicídio em uma relação de causa e consequência e tampouco pretende-se traçar um perfil de incidência do fenômeno. Faz-se importante citar que não há presunção de ater-se aos dados quantitativos do suicídio ou às suas causas. O objetivo aqui é compreender, de maneira qualitativa, as representações desse fenômeno hoje e perpassando pelo seu histórico, de modo que se possam emergir diálogos que favoreçam o debate e a atuação da Psicologia nessa temática.

Para compreender o histórico e a maneira como os conceitos dos autores existencialistas poderiam contribuir para a reflexão sobre as possibilidades diante do fenômeno, foi realizado um levantamento dos estudos historiográficos e dos textos dos autores existencialistas, que teve como objetivo propor um diálogo crítico acerca dessas contribuições. A finalidade desse artigo foi responder mais precisamente como os conceitos

dos existencialistas Martin Heidegger (1927), Jean-Paul Sartre (1943) e Viktor Frankl (1946) se apresentam enquanto possibilidades de ampliar as discussões e enfrentamentos diante do suicídio. No entanto, é imprescindível destacar que tais conceitos são apenas possibilidades, ou seja, noções que são, sobretudo, contextuais e, de forma alguma, proposições soberanas e respostas para todas as questões que atravessam a temática. Tal como um fenômeno complexo e repleto de variáveis, assim são suas infinitas elaborações. Nesse mesmo sentido, as conceituações a seguir problematizadas, são possibilidades em aberto e em constante mutação, mas que, ainda sim, podem ser instrumento de reflexão válidos.

O fenômeno do suicídio e suas múltiplas significações ao longo da história da humanidade

Compreender historicamente o fenômeno do suicídio é tarefa de extrema complexidade, afinal, de acordo com Georges Minois (2018), historiador francês, em seu livro *História do Suicídio: A Sociedade Ocidental diante da morte voluntária*, o suicídio não é um fenômeno contemporâneo ou tampouco moderno, e sim, elemento que constitui parte da humanidade desde seus primórdios e que assumiu significados muito diversos em cada contexto. Segundo o autor, esse fenômeno é ainda mais complexo, não somente porque o questionamento da existência é uma das mais consideráveis perguntas filosóficas que existem, mas também porque o suicídio revela valores fundamentais de uma sociedade, que são capazes de afetar simultaneamente os indivíduos e os grupos. Minois (2018), por exemplo, destaca que a concepção de suicídio em cada cultura esteve amplamente ligada às representações sociais construídas naquele contexto, pois os modos distintos pelos quais o suicídio era concebido- aceito, exaltado, problematizado, criticado, punido, estigmatizado- revelam o funcionamento da sociedade no que se refere às significações políticas e culturais dessa diante de como, quando e em que contexto a vida valeria ou não a pena ser vivida. Portanto, se o suicídio para determinada sociedade era válido quando relacionado à velhice, é possível compreender aspectos importantes de como a velhice era tida nesse contexto, talvez como elemento negativo. Os mesmos aspectos valem para as significações atribuídas à morte, à vida, à doença, à coragem, à guerra, à coletividade, etc.

No que se refere à incidência do fenômeno, o estudioso defende que, em termos históricos, a concepção de suicídio se apresenta como mais ou menos regular no período compreendido entre a Antiguidade até o fim da Idade Média, se manifestando enquanto fenômeno de grande reprovação social, pelo fato de significar uma ofensa primeiramente a

Deus e também à sociedade — o que por si só é pertinente, já que a religiosidade dogmática marcou a identidade cultural desse período. No entanto, apesar da relativa constância, Minois (2018) destaca que cada época e sociedade construiu suas próprias significações do fenômeno e, embora houvesse uma reprovação bastante massiva do suicídio, existiram sociedades que viam o ato como algo considerável ou até mesmo positivo.

Outros autores afirmam que essa pluralidade de concepções do suicídio existe há bastante tempo, pelo menos desde a antiguidade. De acordo com Kurciant e Wang (2004 *apud* Coelho, 2015) não só para as populações do antigo Egito, mas também para os *vikings*, japoneses e indígenas do antigo México, o suicídio era prestigioso e honroso, principalmente quando alinhado à ordem social e à força coletiva. Foi no mundo grego o marco histórico da dúvida e da disputa de narrativas sobre o fenômeno diante dos que apoiavam e os que não apoiavam o ato suicida. Analogamente, Netto (2007) também aborda os diferentes significantes do suicídio quando relata que, na Grécia Antiga, em determinada época, o suicídio foi alvo de muita repulsa já que era equiparado à morte familiar e desestruturação social, por esse motivo, o corpo desse suicida era punido. Ainda na Grécia, em diferentes épocas e cidades, o suicídio foi considerado aceitável a depender da razão pela qual o indivíduo pretendia tirar a própria vida, ou seja, se as motivações seguiam certos critérios políticos e éticos, elas eram socialmente legitimadas. Prova dessa tolerância pelo suicídio foi a permissão para o uso da *cicuta* (espécie de planta venenosa com a qual Sócrates suicidou) em algumas cidades gregas, em que os indivíduos que defendiam suas motivações suicidas para o senado, poderiam usar o veneno com essa finalidade sem que fossem punidos. Naquele contexto, Netto (2017) ao citar Alvarez (1999), afirma que

aquele que não desejar mais viver deverá declarar suas razões ao Senado e, após ter recebido permissão, poderá abandonar a vida. Se tua existência te é insuportável, morre; se o destino te oprime, bebe a cicuta. Se estás esmagado pela dor, abandona a vida. Que os infelizes narrem os seus infortúnios e que o magistrado lhes forneça o remédio para que sua aflição chegue ao fim (Alvarez, 1999 *apud* Netto, 2007 p.14).

Em consonância, tanto Minois (2018) quanto Kurciant, Wang e Netto (2004) abordam que os suicídios eram compreendidos de maneiras distintas socialmente, principalmente porque os que cometiam esse ato também tinham posições sociais distintas. Isso significa que o suicídio para um indivíduo abastado e/ou com status social recebia um olhar e um julgamento diferente de um indivíduo pobre e sem reconhecimento social, assim como, o suicídio era tido como mais ou menos legítimo a depender de suas motivações e sua finalidade. Prova disso é que, de acordo com Netto (2007), na Roma Antiga, o chamado

código justiniano pregava que os cidadãos podiam se suicidar por justificativas bem delimitadas e consideradas racionais que fossem por dor, doença, fastio da vida, loucura ou desonra. No entanto, isso não valia para todos, tendo em vista que escravizados e soldados não podiam se suicidar por serem considerados propriedades, sejam elas de outrem, como os primeiros, ou do próprio Estado, como os soldados. Tais estudos permitem constatar que o suicídio e a questão moral estiveram atrelados ao longo de toda história, e são essas diversas visões do mesmo fenômeno que torna claro que o suicídio foi culturalmente visto como errado e vergonhoso para alguns povos e legítimo e honroso para outros.

Ainda de acordo com Minois (2018), a época medieval também demarcou a diferença social do suicídio, evidenciado nas diversas classes sociais da época. O autor complementa afirmando que

o suicídio do nobre ou é do tipo altruísta, quando ele se sacrifica pela causa que defende, ou é provocado pelo amor, pela cólera ou pela loucura: nos dois casos é justificável. De todo modo, é um suicídio ligado à função social do nobre: quer se trate de suicídio guerreiro ou amoroso, ele compromete o círculo mais próximo do personagem, diluindo, portanto, a responsabilidade deste último. Gesto social, o suicídio do nobre é, de certa maneira, honroso. O suicídio do homem rude é um gesto isolado, de uma pessoa egoísta e covarde: ele foge de suas responsabilidades, indo se enforçar às escondidas; é motivado pelo desespero, defeito fatal que lhe é inoculado pelo diabo. o nobre enfrenta suas responsabilidades até a morte gloriosa (p.17 -18).

Dessa forma, a revisão histórica de tais autores demonstra que alguns suicídios tornaram-se socialmente legitimados pela sociedade e outros não. Isso suscita a reflexão de que a questão parece não ser o ato em si, mas o que o motiva, quem o pratica e qual é a representação social que ele tem em determinado tempo histórico e sociedade. Além disso, destaca-se que essas múltiplas representações sociais acerca do suicídio destacam os paradigmas sociais sobre a vida e a morte nas mais variadas sociedades.

De acordo com Vares (2007), Émile Durkheim, um dos precursores nessa temática, configura o suicídio enquanto um fenômeno social reflexo da sociedade e do contexto do sujeito suicida. Ao abordar as motivações sociais para o suicídio, o sociólogo destaca o caráter subversivo deste diante da sociedade, que em outras palavras poderia ser compreendido como uma não adaptação ou equivalente a uma resistência ao modo como se vive. É interessante notar que o suicídio também foi adotado, em diversos momentos da história humana, principalmente pelos povos colonizados e escravizados da América do Sul como foram os casos dos indígenas- como forma de resistência diante das violências impostas. Isso significa que, assim como proposto pelo autor, o ato de provocar a própria

morte pode ser uma subversão ao modelo vigente de sociedade da época e que, sem dúvidas, foi um ato considerado legítimo para aqueles povos.

Por meio do que já fora citado, é possível compreender que a questão suicida foi manejada politicamente com bastante controvérsia nas sociedades ocidentais, principalmente pelas moralidades e julgamentos sociais tão distintos e dúbios em que alguns suicídios eram exaltados e outros totalmente rechaçados. Após esse longo período de controvérsias, Minois (2018) descreve que a partir do Renascimento a questão suicida, antes tão silenciada, passa a emergir como um assunto passível de ser debatido e no Iluminismo torna-se o que o historiador chamou de “desafio aberto” (p.4), ou seja, um assunto que passa a ser pensado e manejado não só pelas aristocracia e autoridades clericais que coordenam a sociedade da época, mas também pelas outras camadas sociais que incluíam classes menos abastadas, mas que ainda era predominantemente debatido pela elite intelectual. É nesse contexto que, o que era denominado “morte de si mesmo” passa a ser reconhecido enquanto “suicídio”. Essa mudança de concepção social e linguística inaugura um fenômeno próprio, que não cabe somente como uma variação na categoria de morte justamente por ter suas próprias particularidades, nasce então a legitimidade de um fenômeno único. Com esse avanço, entre os séculos XVI e XVIII, a questão do suicídio passa a ser debatida em público com grande questionamento a tal ponto que, segundo o historiador, nesse contexto, “alguns ousam reivindicar a liberdade de que cada pessoa possa responder a ela” (Minois, 2018, p. 4). Nesse aspecto, nota-se que a sociedade passa a reconhecer pela primeira vez em maior escala o suicídio como um fenômeno complexo e uma questão que não necessariamente teria uma resposta ou solução universal.

Em suma, ao revisitar tais autores, é possível concluir que a história constantemente demarcou um lugar social para o suicida, ainda que esse lugar tenha sido diverso, ele existiu e geralmente de maneira muito dicotômica, ora como bom ora como mal, ora como legítimo ora como ilegítimo. Essas diferentes formas de ver o suicídio comprovam que, para cada povo, esse fenômeno teve um significado único e distinto e prender-se em modalidades categorizantes de suicídio e em determinações de quando esse ato é legítimo ou não corroboram para a forma totalmente moralista com que a sociedade contemporânea ainda trata esse fenômeno. De acordo com Ming-Wau *et al.* (2023), na atualidade, o suicídio ainda é concebido pelos viés estigmatizante nos mais diversos âmbitos, principalmente relacionados às ideias morais, culturais e sociais, e também advindas do extremismo religioso.

Feijoo (2021) aborda que nem mesmo a ciência, inclusive a Psicologia, está isenta de pensar o tema a partir de ideias estigmatizantes, que incluem a busca por encontrar relações

de causalidade que pretendem prever e controlar o autoextermínio de maneira bastante tutelar. Inclusive a psicólogo (a) pode ser não só reprodutora desses estigmas em sua atuação, bem como vítima ao ser posicionada como responsável por garantir a continuidade da vida do outro, sendo culpabilizado/a quando não cumpre essa atribuição. Desse modo, a questão central que se apresenta é que houve poucos espaços para que esse indivíduo se apresentasse para além de categorias já preestabelecidas socialmente e que restringem a amplitude de compreensão do fenômeno e certamente as possibilidades de intervenção da Psicologia. O considerável julgamento moral atribuído ao suicídio e ao suicida reafirmam que esse fenômeno está repleto de infinitas perspectivas reducionistas, arbitrárias e estigmatizantes, muito ausente de perspectivas críticas, acolhedoras, humanitárias e realmente focadas na saúde mental.

Essa suspensão de ideias e de valores preconcebidos possibilita a compreensão do fenômeno tal como se apresenta. Nesse aspecto, tendo em vista a complexidade histórica desse fenômeno, abordada ao longo desse artigo, pensar o suicídio na contemporaneidade é pensar, de acordo Feijoo (2021), para além de uma perspectiva moralizante e que se pretenda não prever e controlar, mas sim acolher. Afinal, esse posicionamento crítico é muito coerente com a fenomenologia existencial, que tem como premissa principal, a suspensão de ideias pré-estabelecidas para se pensar em um fenômeno.

Conceitos de Inautenticidade e Autenticidade em Heidegger e seu diálogo com o suicídio

Martin Heidegger, um dos principais pensadores da corrente filosófica da fenomenologia, busca explicar a existência do sujeito a partir de sua relação com o mundo e de como este ser se comporta diante dos fenômenos que aparecem em sua consciência. O filósofo considera o homem como um "ser-no-mundo", definido principalmente como um "ser-para-a-morte". Heidegger nomeou esse conceito como *Dasein*, que significa ser-aí, ser-no-mundo e ser-com-outros. *Dasein*, para Heidegger, é o ser-aí, um ser que não só existe mas está aí, no mundo, portanto, um ser indissociável do mundo, que existe sempre em relação com o outro. Nesse sentido, não é possível pensar no ser distinto do mundo, do outro e da morte, afinal, o indivíduo não é compreendido apenas como um ser puramente biológico ou um ser que existe num estado neutro, mas sim um ser que está sempre em relação consigo mesmo e com o outro (Dutra; Roehe, 2014).

De acordo com esses autores,

homem e mundo aparecem como unidade ontológica original: não há homem sem mundo, nem mundo sem homem. O homem não entra em relação com o mundo a partir de sua racionalidade primária, pelo contrário, a racionalidade é que se desenvolve desde o vínculo original do homem com os demais entes (Dutra; Roehle, 2014, p.108).

Se o ser é constituído por meio do seu contato com o outro e o sujeito nasce no mundo com, é evidente que o indivíduo desde que existe já é inserido em um contexto em que sujeitos compartilham aspectos culturais comuns, que estabelecem uma série de práticas normativas que incluem o modo que deve se vestir, se comportar e quais regras seguir, em quais espaços ir ou não, etc. Isso significa que o indivíduo nasce em um tempo histórico e espaço específico e a partir desse contexto, desde que nasce, é impelido a se apropriar de uma série de aspectos que constituem essa cultura de que ele, agora, faz parte. Esses aspectos incluem projetos e expectativas de outrem que atravessam o modo como esse sujeito se vê e se constitui. Nesse sentido, esses atravessamentos do mundo social são denominados por Dutra (2011, p. 153) como o caráter de “mundanidade” do *Dasein*, e que é próprio do ser em relação, que é sempre constituído com o outro. É no estar com o outro que os conflitos entre o ser para si e o ser para o outro podem surgir, principalmente em relação aos desejos, projetos, percepções individuais que estão em constante acordo/desacordo com o mundo. A alteridade se apresenta, portanto, como um produto que faz parte desse contato com o outro e é necessária. No entanto, Heidegger (1927) chama atenção para o caráter impessoal que o sujeito pode adquirir quando está com o mundo quando passa a atender às demandas e projetos sociais que não equivalem mais à sua constituição identitária.

O ser, em suas vivências cotidianas e atividades rotineiras, pode acabar por, irrefletidamente, abrir mão de sua individualidade, afastando-se da consciência sobre sua existência em prol de práticas socialmente aceitas. Essa vivência irrefletida favorece que o sujeito siga o fluxo das expectativas sociais e culturais sem questionar o significado de suas ações. Assim, o contato com o mundo, que é inevitável para o *Dasein*, pode acarretar no que (Novaes de Sá, 2010, p. 185 *apud* Dutra, 2011) denominou de “modo de ser cotidiano do *Dasein*”, que nada mais é do que uma atitude irrefletida diante da vida, na qual o sujeito vive de maneira automática e sem questionamentos, a fim de evitar conflitos com a exterioridade. Porém, de acordo com a autora, apesar de o contato com o mundo ser inevitável, a impessoalidade não o é, afinal, essa postura pode ser confortável até determinado ponto, mas tem muitas limitações, pois não permite que o sujeito lide de maneira autêntica com sua própria vida.

É pensando na relação do ser para o mundo e do ser para si em constante conflito que Heidegger reflete sobre a noção de Autenticidade, muito bem resumida no seguinte trecho pelo filósofo Gonçalves Jr. (2015):

O que caracteriza uma ação humana autêntica - num sentido moral - está no fato dela prescindir das convencionalidades ou de heteronomias como guias imperativos. Em última análise é um agir fundamentalmente livre, e neste sentido, comprometido com um projeto humano que inclui suas circunstâncias - facticidades; bem como, sua responsabilidade de fazer-se mediante a co-existência. (p. 31).

Nesse sentido, existir autenticamente é em si um grande desafio do indivíduo ao se encontrar com o mundo, pois ainda que a construção do ser seja sempre com e a partir do outro, o indivíduo que não é consonante em si mesmo perde-se no caráter de mundanidade e passa a existir apenas para o outro, e, portanto, vive na impessoalidade e inautenticamente. A vivência do impessoal no cotidiano, como descrito, leva o sujeito a se omitir de suas responsabilidades individuais principalmente de fazer suas escolhas, uma vez que o sujeito acredita que essas decisões já são impessoalmente impostas a ele, que apenas as realiza sem questionar e passivamente. Portanto, o "eu" que não assume a responsabilidade por suas decisões não é o ser reflexivo, que questiona suas escolhas, mas o ser indiferenciado. Segundo Heidegger (1927/2006, p. 185), referenciado por Dutra e Roehe (2014),

todo mundo é o outro e ninguém é si mesmo. O impessoal que responde à pergunta quem da presença cotidiana, é ninguém, a quem a presença já se entregou na convivência de um com o outro (p.110).

Por meio dos conceitos de Heidegger, é possível refletir que a autorresponsabilidade humana não é opcional, mas sim compulsória, de modo que o sujeito é impelido a se apropriar da sua existência e, até mesmo quando o indivíduo acredita estar na neutralidade ao não fazer uma escolha diretamente, ou ao delegar a escolha a outrem, ainda sim está escolhendo e essa escolha é viver na impessoalidade. Viver na impessoalidade é pouco a pouco adquirir uma vivência sem sentido para quem vive. Isso porque o que essa pessoa vive pode se adequar aos desejos e projetos de muitas outras pessoas e que fazem sentido para elas, mas não para quem vive. E é no viver sem sentido para si que o sujeito pode ir traçando os caminhos para não mais viver, pois o seu viver já não possui um sentido, um porquê, um propósito, um alicerce.

No entanto, destaca-se que essa apropriação da escolha não pode ser encarada como algo simplista, pois muitas vezes as diversas variáveis do meio social, incluindo o sofrimento, podem embotar a capacidade de o ser humano se ver como um ser passível de escolher e ainda restringir essas possibilidades de escolha. Muitas vezes, o sujeito é impelido a fazer escolhas que não quer, e viver de um modo incoerente com seu projeto de vida para suprir

suas necessidades básicas e não reconhecer isso é propor uma liberdade totalmente utópica e pautada em um discurso meritocrático e, novamente, estigmatizante. Nesse mesmo aspecto, Dutra (2011) destaca a impossibilidade de se viver totalmente de maneira autêntica e totalmente de maneira inautêntica. A autenticidade plena é impossível, pois vivemos enquanto ser-no-mundo, ou seja, ser que se forma, se inter-relaciona com os outros e por diversas questões sociais, políticas, econômicas e históricas não pode ser tudo o que idealiza. No entanto, a inautenticidade plena é também impossível, pois o ser sem sentido, se transforma em um não ser, um não existir nem para si nem para o outro. Viver na impropriedade e na inautenticidade afasta do sentido, e a ausência de sentido afasta da vida. Nesse aspecto, a autenticidade não se apresenta como um estado de vida radical e totalitário, que se alcança e não mais se perde, mas um constante desafio, uma constante construção de uma liberdade circunstanciada, de apropriação do que é dado.

De acordo com Feijoo (2021), muitos autores fenomenólogos que estudam o suicídio recorrem ao conceito de inautenticidade para abordar a temática, incluindo os que propõem uma perspectiva crítica do fenômeno. A autora defende que retomar concepções de autêntico e inautêntico para caracterizar o suicídio é recair em uma moralização, pois esses autores já estão partindo de pressupostos para pensar o fenômeno e que norteiam a análise e, por isso, essa perspectiva não estaria de acordo com a redução fenomenológica.⁴

Considerando as proposições de Feijoo, é imprescindível pensar criticamente na aplicação dos conceitos fenomenológicos no que se refere as reflexões que guiarão as intervenções práticas no manejo sobre o suicídio, pois até mesmo quando propõem o pensamento crítico acerca do fenômeno, não há garantias da isenção de influências dos estigmas que foram construídos socio-historicamente e ainda hoje são reforçados. Nesse sentido, propõe-se neste trabalho que os conceitos de inautenticidade e autenticidade podem ser válidos para a reflexão da temática, embora com o entendimento dos vieses sob os quais também a cultura reforça.

Assim, considerando o enfoque na construção de uma perspectiva crítica acerca dessa temática, em primeira análise é importante refletir sobre o conceito de autenticidade e inautenticidade considerando as questões sociais que atravessam o sujeito e sua relação com o suicídio para além da causalidade, afinal, é preciso reconhecer que tentativas de encontrar causas e presumi-las vai de encontro às mesmas ideias que estigmatizam o ato suicida e vão

⁴ Suspensão de ideias preconcebidas e perspectivas morais, bem como atravessamentos que impliquem em diagnóstico, julgamento e moralização do comportamento. Adotar uma postura antinatural e questionadora diante de verdades ou posições prévias diante do fenômeno (Feijoo,2021 p.96)

ao oposto à redução fenomenológica. Em síntese, a questão aqui não é pensar em causalidades e em culpas, mas sim pensar a autenticidade no sentido de viver conscientemente a responsabilidade de escolha diante das circunstâncias e apesar delas, como forma de auxiliar o indivíduo a ir de encontro ao seu Projeto de vida, dentro de suas possibilidades.

Liberdade, Angústia e Projeto existencial em Sartre.

De acordo com Bueno (2007), a expressão de Sartre "a existência precede a essência" está fundamentada na liberdade humana. Sartre, na obra *O ser e o nada* (1943), afirma que o ser humano, desde que é lançado no mundo, é destinado a escolher e compreende-se que essa escolha constitui a responsabilização pela vida. Nesse aspecto, ao ser livre, o indivíduo torna-se obrigatoriamente responsável por tudo que escolhe, ainda que essas escolhas possam estar perpassadas por circunstâncias diversas. Afinal, de acordo com o pensamento sartreano, o homem é um ser circunstanciado, mas não um ser dado e determinado, mas sim que se constrói no mundo como um eterno "vir a ser" diante das possibilidades de escolha.

O autor destaca que a existência humana se apresenta de duas formas: Ser-Em-si, referente às coisas do mundo e à realidade social e coletiva, e Ser-Para-si, relacionado ao próprio ser humano e a subjetividade de cada um. De acordo com Bueno (2007, p. 23), o Ser-Em-si é retratado como "algo dado e passivo", uma entidade que assume uma identidade fixa e pré-definida, esculpindo seu ser de maneira determinada, com sua essência já definida pela força social, agindo apenas como um objeto, sem noção de temporalidade, onde as coisas são simplesmente como são. Considerando esses modos de existir, em destaque o caráter passivo do Ser-Em-si, que se percebe apenas como um objeto do meio, Sartre propôs que, embora o Ser-Em-si tenha sua importância, por ser parte da constituição do ser-no-mundo, é igualmente necessário que o indivíduo possa apropriar-se das suas possibilidades no mundo de maneira ativa, tornando-se um Ser-Para-si. Desse modo, "para que esse indivíduo possa fazer escolhas e manifestar sua liberdade, é essencial que ele reconheça que não existe no modo do Em-si, mas sim do Para-si" (Bueno, 2007, p. 22).

É contrapondo-se a esse pensamento essencialista do Ser-Em-si que Sartre reflete que a responsabilidade do ser transcende o âmbito individual. Quando o homem apropria-se da noção de que tem sempre uma possibilidade de escolha e uma responsabilidade de lidar com o mundo, apesar e a partir das condições que o cercam, ele se reconhece enquanto um ser protagonista da sua existência. Por isso, essa interação do ser humano com o mundo pode resultar em diálogo ou conflito, pois suas escolhas não são apenas individuais; isto é, elas

afetam o mundo ao seu redor, onde o indivíduo particular busca escolher se posicionar nesse mundo (Bueno, 2007, p. 20). Logo, Bueno (2007) evidencia que, na teoria sartreana não só a liberdade e as escolhas mas também o projeto existencial do ser humano é pensado a partir das circunstâncias:

Toda teoria sartreana está pautada pela possibilidade da escolha e é isto que manifesta a liberdade que temos e somos. Junto à liberdade de escolha, o projeto fundamental de vida tem uma grande importância para nosso autor, pois é a partir deste projeto que todos os limites poderão ser pensados, porque no momento da eleição do projeto também deveríamos levar em consideração os obstáculos que poderão surgir para a efetiva realização deste (Bueno, 2007, p. 60).

Outro conceito que está amplamente relacionado à liberdade de escolha é o que Sartre chamou de “Projeto de ser”, que seria sinônimo de Projeto existencial ou Projeto de vida. Esse projeto é, para o autor, próprio do homem inacabado e em construção, enquanto um eterno vir a ser. Assim, o indivíduo se lança para o futuro de acordo com o seu projeto de vida, que é escolhido cotidianamente, em que se coloca e se apresenta no mundo, manifestando sua liberdade. No entanto, o projeto de ser é, assim como as escolhas do homem, circunstanciado e limitado por diversas questões que o atravessam, o influenciam ou até mesmo o modificam. Portanto, é possível dizer que esse é constantemente dinâmico e inacabado, afinal, não existe projeto que não seja construído concomitantemente pelo homem e pelo mundo que o cerca. Desse modo, fica evidente pelo trecho a seguir que na teoria sartreana a relação homem-mundo é amplamente considerada na abordagem dos conceitos de liberdade, angústia e projeto existencial:

Sartre já anunciava que nosso ser-para-outrem é tão fundamental como o nosso ser-para-nós, ambos têm igual dignidade. Não há possibilidade de renúncia deste outro que nos interpela. O reconhecimento desta tensão ambivalente entre a especificidade do eu e o apelo do outro, designa um comprometimento autêntico do existir. (Gonçalves Jr, 2015, p.34)

Nesse aspecto, de acordo com o autor supracitado, Sartre reconhece que todo projeto de vida é com e no mundo e que toda construção humana, inclusive do projeto de vida, não parte somente da ordem individual mas também a partir dos atravessamentos sociais. A questão que se apresenta e é importante de ser pensada criticamente é quando os projetos do sujeito não são nada além do que projetos de outrem, e que não são pertinentes às escolhas autênticas daquele indivíduo, ou seja, quando o indivíduo está construindo uma vida que não é condizente à uma subjetividade consciente, mas é somente a projeção da impessoalidade.

Bueno (2007) diz que o conceito de angústia aparece na teoria sartreana como produto da liberdade de escolha, que é parte constituinte do projeto de ser, afinal esse projeto se

constitui e se desenvolve a partir de escolhas constantes. De maneira análoga, para Carvalho (2022), o pensamento sartreano propõe que a angústia advém das possibilidades de decisão e de liberdade e tais conceitos além de indissociáveis, são fundamentais e intrínsecos ao homem. Além disso, a angústia se apresenta quando o que o sujeito elege como projeto para-si entra em conflito com a realidade do mundo em-si, o que demanda que o indivíduo reformule ou reconstrua seu projeto de acordo com os limites e circunstâncias que se apresentam, ou seja, que ele aja a partir dessa angústia, inclusive para novas possibilidades de projetar-se.

Partindo do princípio sartreano de que a angústia é parte da vivência humana, é importante considerar que conforme preconiza Dutra (2011), a não agregação da angústia enquanto elemento constituinte do *Dasein* (ser-aí) faz com que o sujeito lance sua responsabilidade de lidar com sua própria angústia para o mundo, colocando-se como um mero objeto e produto do meio, ou seja, nada além daquilo que o mundo fez e espera desse indivíduo, em total conformidade com o papel social que lhe é imposto. Essa concepção da angústia como algo a ser ignorado e afastado, corrobora para uma desresponsabilização do sujeito diante de sua angústia e uma negação das possibilidades de agir a partir dela. Essa esquiva de responsabilizar-se poderia ser vista, de acordo com Sartre (1943), enquanto tentativa de um “apaziguamento” e busca de bem estar com o mundo, porém, em detrimento ao seu projeto, em uma negação do ser.

Em contrapartida, de acordo com Gonçalves Jr. (2015), quando a angústia é agregada como parte constituinte do ser humano, pode ser compreendida como abertura de possibilidades e mobilizadora de coragem para a apropriação de um viver autêntico e consciente. A reflexão proposta por Sartre, ressalta que a angústia que o ser humano vivencia pela eterna obrigatoriedade em escolher e em vir a ser, o mobiliza para “fazer-se”. Portanto, ao passo que a angústia evidencia o caráter limitado da existência e os momentos de crise que o *Dasein* vivencia, em que há inautenticidade e impropriedade do ser, também pode ser vista sob uma outra perspectiva, enquanto uma facilitadora de mudanças nos sentidos da existência. O caráter da liberdade e possibilidade de escolha em Sartre dialogam nesse momento, pois, diante da crise, a angústia pode ser trabalhada como uma possibilidade de ação do indivíduo que, dentro das circunstâncias e possibilidades, é capaz, em alguma medida, de apropriar-se de pequenas escolhas que vão de encontro a autenticidade do seu ser.

Sendo assim, a angústia, para Sartre não se apresenta como um sentimento ruim ou necessariamente um indicativo patológico, mas elemento que deve ser agregado à existência no mundo para que sejam construídos direcionamentos para a responsabilidade de se

comprometer com o próprio projeto de vida. De acordo com o que foi discutido acima acerca da teoria sartreana, é possível propor que a apropriação da angústia diante de um conflito pode se apresentar como possibilidade de abertura à projeção existencial e, partindo do princípio que as ideações suicidas e ou tentativas de suicídio podem ser consideradas momentos de conflito em que está em questão o não mais existir, é possível pensar que a perspectiva sartreana de agregação da angústia também é uma potencialidade nesses casos, pois aposta-se nesse sentimento em busca de um processo de transformação. Afinal, de acordo com essa ótica compreende-se que a angústia de colocar a vida em questão pode ser pensada sob um outro viés, o de reflexão, elaboração e mobilização. Afinal, uma vida não existe por si só, mas é sempre construída por um sujeito que, em alguma medida, se assume responsável por ela.

Construção de sentido: uma possibilidade de enfrentamento ao suicídio

A palavra “sentido” foi amplamente utilizada nas obras do psiquiatra e psicólogo Viktor E. Frankl como conceito chave do seu pensamento e de suas proposições teóricas. A busca pelo sentido da vida foi abordada no livro *O homem em Busca de um Sentido* (1946), enquanto elemento mais legítimo e necessário da existência humana. “Ao tratarmos aqui de sentido, estamos nos referindo a um propósito e finalidade que se altera a cada momento de existência, mas que nunca deve deixar de existir”. (Frankl, 1946 apud Pereira, 2019, p. 11)

De acordo com Pereira (2019) o sentido da vida não aparece como algo pronto, inato ao ser e universal, o sentido é descoberto, construído e explorado na existência de acordo com experiência do sujeito. Ainda, Frankl (1985), compreende que o sentido é uma construção eternamente dinâmica e individual, isso significa que o sentido primeiramente não é universal e tampouco dado, em outras palavras, o que faz sentido para a vida de alguém pode não fazer para outrem. Além disso, o sentido na obra de Viktor Frankl se apresenta como algo variável, pois pode mudar de acordo com diferentes contextos e fases da vida, podendo não permanecer constante.

De acordo com Pereira (2019), o questionamento pelo sentido da vida se apresenta na existência do sujeito não como sinônimo ou indicativo de adoecimento, ao contrário, essa indagação é não só um aspecto natural e que constitui a existência humana, mas também é um questionamento necessário e pertinente para a manutenção da vida, pois a busca pelo sentido da vida denota uma responsabilidade do sujeito de construir e agir para o seu próprio sentido existencial, já que esse sentido não lhe é dado. Assim, “diante desta indagação, propriamente humana, que o homem poderá encontrar a possibilidade de compreender a si mesmo e

encontrar o seu propósito na existência dando assim, sentido à sua vida” (Pereira, 2019, p.12). Portanto, é possível dizer que o sentido é um impulsionador para a existência autêntica, em que o sujeito encontra um propósito para se projetar para o futuro.

No livro *Em busca de Sentido*, Viktor Frankl (1985) descreve que na logoterapia⁵ há três caminhos principais através dos quais se pode pensar o sentido na vida: o trabalho, a relação humana e o sofrimento. De acordo com Pereira (2019) o homem, ao se comprometer com um trabalho e realizar uma ação no mundo, tem como objetivo atribuir uma função e um significado à sua vida. Essa ação pode funcionar como uma via para o autoconhecimento e revelação de potencialidades do sujeito tanto para si como para o outro e principalmente pode significar abertura de possibilidades para a construção de seu sentido existencial. A segunda via de encontrar o sentido está na relação com os outros. Frankl entende que o ser humano é totalmente relacional, e que a relação com o outro pode proporcionar a descoberta de novos sentimentos como novas formas de sentir e de perceber o mundo. Essa troca se apresenta como uma possibilidade única de experienciar a vida, pois gera abertura para vivências e aprendizados inéditos.

No entanto, ainda que Frankl (1985) tenha proposto caminhos para construção de sentido na relação com o outro, ele compreende que o sentido é também uma construção singular e que deve ser pertinente ao Projeto Existencial de cada ser para que constitua um viver autêntico. Em suma, Frankl propõe que a responsabilidade de eterna construção de nosso sentido existencial pode e deve ser compartilhada com os outros, mas é um movimento que parte totalmente do individual e só pode ser feito por cada um dos seres humanos.

Cada qual tem sua própria vocação ou missão específica na vida; cada um precisa executar uma tarefa concreta, que está a exigir realização. Nisso, a pessoa não pode ser substituída, nem pode ser sua vida repetida. Assim a tarefa de cada um é tão singular como a sua oportunidade específica de levá-la a cabo.” (Frankl, 1985, p. 133)

O terceiro caminho, ou fonte de sentido para a vida, é para Frankl o sofrimento humano, ou mais precisamente de acordo com Pereira (2019) “atitude tomada em relação ao sofrimento inevitável”. Esse terceiro caminho diz respeito justamente à agregação do sofrimento inerente que, ao ser agregado, pode motivar o enfrentamento de situações difíceis e por isso é chamado de valor de atitude, no qual, mesmo diante do inevitável, do que não pode ser mudado, o ser humano que é capaz de mudar sua atitude e ou percepção diante dessa

⁵ De acordo com o Instituto Viktor Frankl: A Logoterapia/Análise Existencial, às vezes chamada de "Terceira Escola Vienense de Psicoterapia", é uma abordagem de psicoterapia centrada no significado, reconhecida internacionalmente e com base empírica. Na Logoterapia/Análise Existencial (LTEA), a busca por um sentido na vida é identificada como a principal força motivacional nos seres humanos.

experiência. “Para Frankl o homem se realiza quando algo se tem que aceitar tal qual é, mas onde se extrai da própria experiência um sentido que dê significado ao sofrimento e a dor” (Frankl, 1985 *apud* Pereira, 2019, p.13). Ao propor que o homem seja capaz de ver sentido e dar novos significados à dor, Frankl aposta no caráter de apropriação, liberdade e projeção do ser humano.

Nessa mesma obra, o autor propõe que o ser humano não precisa de um estado em que não haja problemas, muito pelo contrário, precisa, apesar dos problemas, ter uma função ou uma busca que o mobilize a viver, que seria para Frankl (1985) o conceito de “noodinâmica”. A noodinâmica dialoga com o estado de angústia, de incômodo que está sempre presente no *Dasein* e que, ao mesmo tempo, é essa tensão que permite a mobilização para que o ser encontre o que deseja ser, ou seja, seu próprio sentido existencial. Quando o ser humano agrega o sofrimento, abre a possibilidade de significá-lo e de agir a partir dele. A angústia e o sofrimento, então, tem sempre uma vontade de sentido, por vezes obscura, mas quando essa dor é agregada como parte do ser, se revela como uma mobilização que permite a busca pelo encontro de si. Essa relação entre a angústia, a escolha e o sentido fica bastante evidente na reflexão a seguir:

A noodinâmica é a tensão essencialmente humana, é a própria dinâmica existencial; é a tensão que se estabelece entre o homem e o sentido, entre o ser e o dever-ser. E nela está presente a liberdade, a qual permite escolher uma ou outra possibilidade (Roehle, 2005).

É interessante pontuar que, nos três caminhos apontados pelo autor como fonte de sentido, o caráter de ação e responsabilidade do sujeito consigo e com o mundo está indissociável da construção do sentido existencial, isso porque Frankl (1985) entende que o sentido se dá na experiência e na ação, no mobilizar-se para a vida e para o outro. O sentido, portanto, é na teoria frankliana muito mais um produto da construção do movimento do homem na vida, esse movimento é como um responder à vida, um agir para algo e para alguém. Desse modo, embora seja de atribuição individual, pelo fato de que, é somente do próprio sujeito que parte essa abertura e mobilização para o sentido, é pertinente dizer que o sentido nunca é construído na individualidade, do sujeito para si mesmo, e sim do sujeito para e com o mundo.

Em consonância com o pensamento de Viktor Frankl (1985), é imprescindível evidenciar que nem toda motivação para as tentativas ou concretizações suicidas são em decorrência da ausência de sentido, contudo, o autor propõe que o sentido existencial pode ser e representar um dos alicerces para a escolha pela vida. De acordo com Frankl, o sujeito

consciente de propósitos e finalidades coerentes com seu projeto existencial seria capaz de ver nos conflitos possibilidades de resignificação da vida. No entanto, ao pensar criticamente na construção do sentido existencial proposto por Frankl, é pertinente evidenciar que o sujeito não só deve estar consciente de seus propósitos e finalidades, mas também das circunstâncias que o cercam, o que inclui também as limitações desse sujeito. Considerar esses aspectos é imprescindível para que a construção do sentido seja não só um conceito idealizado, mas real e coerente com a realidade de cada um, sobretudo quando considerado nos casos de autoextermínio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos conceitos abordados pelos autores citados nesse artigo e os diálogos com a temática do suicídio cabem considerações importantes. Em primeiro momento, destaca-se que a análise histórica é de grande valia para a compreensão amplificada do fenômeno do suicídio e também para se pensar nas possibilidades de intervenção a partir da Psicologia. Logo, a revisão histórica permite compreender o suicídio enquanto um fenômeno amplo e multi significante. Ao refletir sobre o suicídio na contemporaneidade, à luz das considerações de Feijoo (2021), observa-se que o entendimento desse fenômeno na atualidade não se desvincula da significação estigmatizante que permeou a história, pois a crença social dominante tende a abordar o tema do autoextermínio com sileciamento e restrição e nas ocasiões em que tal assunto é falado, é predominantemente pelo viés da moralidade, seja com as tentativas de se achar porquês e culpados, ou com a ideia dogmática de que a vida deve ser vivida a qualquer custo.

Nesse sentido, o suicídio é frequentemente exposto a partir de uma perspectiva moral e de poder, que busca não apenas prever, mas também controlar as ações dos indivíduos diante da possibilidade de autoextermínio. Dessa forma, o que se apresenta é que os estigmas sociais reiteradamente se sobressaem às manifestações das pessoas que estão envoltas pela questão do suicídio, já que essas, antes de terem a possibilidade de expressão, estão carregadas por rótulos diversos. De acordo com as proposições de Feijoo (2021) abordadas nesse trabalho, é possível refletir que a Psicologia também está inserida nessa lógica de causalidade e de culpa, ainda que de forma sutil, afinal, é atribuída ao psicólogo (a) a responsabilidade tutelar de salvar o indivíduo do suicídio. Essa conduta atribuída e por vezes admitida irrefletidamente pelo psicólogo (a), é não só incompatível com a prática psicológica ética e crítica, mas também é infundada quando confrontada com a realidade prática em que o sujeito é dotado de escolhas individuais-inclusive a do autoextermínio- e que, ainda que

possam ser repensadas com auxílio profissional, não estão sob o controle exclusivo dos psicólogos (as).

Valendo-se dos conceitos teóricos fenomenológicos enquanto possibilidades, este artigo pretendeu suscitar que as concepções heideggerianas de autenticidade e inautenticidade são instrumentos importantes para se pensar o suicídio -se tais conceitos não estiverem atrelados a um viés de estigmatização e rótulo da pessoa que pretende ou pretendeu se suicidar como um indivíduo incapaz de se apropriar de sua vida-. Quando se utiliza os conceitos de inautenticidade e autenticidade com esse fundamento reducionista e moralizante, a psicologia somente reafirma e reproduz a ideia social e historicamente construída do sujeito suicida enquanto um ser covarde. Por outro lado, esses conceitos podem ser utilizados como instrumentos de reflexão e de abertura de uma Psicologia que acredita na potência do sujeito em se projetar e agir, ainda que mediante as circunstâncias que o cercam.

No entanto, é preciso salientar que o conceito de autenticidade é sobretudo circunstanciado, pois o caráter de mundanidade do ser humano inclui atravessamentos e adversidades que implicam na impossibilidade de uma vida plenamente autêntica. Sendo assim, esse trabalho não teve como objetivo propor que o sujeito poderá se desvencilhar totalmente da impessoalidade e tampouco que poderá concretizar e viver somente o que lhe fizer sentido, mas sim, que a consciência tanto de suas circunstâncias, mas também de seus projetos é fundamental para a experiência do existir. Afinal, tal como é impossível viver totalmente com autenticidade, é também impossível viver sem nenhum sentido de vida. Assim, esse conceito pode ser um instrumento reflexivo para que o sujeito possa se projetar para a existência consciente das circunstâncias que o cercam.

Em síntese, as perspectivas sartreanas abordadas no presente artigo apontam que a angústia se apresenta enquanto um conceito indissociável da liberdade existencial e que constitui parte da vivência humana. Logo, a apropriação cotidiana da reflexão sobre a existência/angústia pode ser compreendida, nessa teoria, enquanto uma forma autêntica, em que o ser consciente é capaz de adotar uma postura de enfrentamento das circunstâncias ao refletir sobre em que medida pode se apropriar de sua liberdade de escolha. Portanto, nessa teoria, a angústia e o sofrimento não são concebidos como necessariamente uma patologia, nem tampouco como sentimentos totalmente positivos ou românticos, mas o que Sartre propõe é que quando agregados, podem mobilizar ações necessárias para um projeto existencial autêntico. Ainda que a angústia, enquanto elemento da liberdade existencial, faça parte da trajetória humana até o momento da morte, é possível que o sujeito não se paralise diante dela e possa agir reflexivamente conforme sua realidade.

Ademais, outro aspecto que se faz importante nesse trabalho é que, ao se considerar que a fenomenologia existencial, principalmente sob a perspectiva sartreana é guiada pelo conceito maior de liberdade existencial, torna-se inviável e incoerente pensar o fenômeno do suicídio a partir da ótica do controle e da determinação dos sujeitos. Esse viés teórico e filosófico não acredita na legitimidade e tampouco na eficácia do controle e é por isso que se compreende que, por mais que, no geral, as sociedades tenham a vida como um valor supremo, não se pode fazer uma escolha pela vida que seja compulsória, afinal, não há sentidos que sejam impostos ao outro senão construídos por ele mesmo. Nesse viés, a liberdade existencial se apresenta como um conceito dual, ao passo que pode ser um instrumento e uma possibilidade do sujeito para agir no mundo e construir um projeto de vida, também é essa mesma liberdade que impossibilita uma garantia pela vida do sujeito em situação de ideação suicida, já que o suicídio pode se configurar como essa escolha.

Assim como as reflexões acerca dos conceitos de Autenticidade em Heidegger e Angústia e liberdade em Sartre enquanto possibilidades de se pensar o suicídio, Viktor Frankl também aborda o Sentido existencial como elemento necessário e impulsionador para a vida. É interessante pontuar que, nos três caminhos apontados por Frankl como fonte de sentido, o caráter de ação e responsabilidade do sujeito consigo e com o mundo está indissociável da construção do sentido existencial, isso porque o autor entende que o sentido se dá na experiência e na ação, no mobilizar-se para a vida e para o outro. O sentido, portanto, é na teoria frankliana muito mais um produto da construção do movimento do homem na vida, diante de si mesmo e do mundo. Desse modo, o sentido, embora seja atribuído individualmente, não é construído de forma isolada pelo sujeito, mas sim em interação com o mundo e os outros.

Em suma, os aspectos comuns que se apresentam nas teorias de Heidegger, Sartre e Frankl abordados aqui se referem a uma responsabilidade do sujeito de se apropriar de sua liberdade existencial, ainda que mediante ao contato com o mundo, com a angústia e com a ausência de sentido. Portanto, esse trabalho buscou abordar os conceitos supracitados enquanto possibilidades de enfrentamento do sujeito diante desse conflito existencial que impacta em um não mais querer existir. Os conceitos existenciais trazem a reflexão de que há a possibilidade de não paralisar mediante a dor, ainda que essa dor seja por vezes inevitável o enfoque é dado ao que realmente está sob algum controle, mesmo que esse controle seja encontrar algum significado na dor. É imprescindível destacar que, embora esses conceitos sejam vistos como alternativas potenciais diante do suicídio, não são compreendidos como modelos universais aplicáveis a todos os sujeitos com ideação e sim correlacionados ao

contexto e ao modo como cada sujeito se apresenta, pois entende que cada indivíduo compreende e vivencia esses termos de maneira subjetiva e singular. Desse modo, a fenomenologia existencial não trata esses conceitos como absolutos ou com um significado único para todos, reconhecendo as noções desses termos diante das experiências pessoais.

Assim, espera-se que este artigo contribua para uma compreensão mais ampla e crítica do fenômeno do suicídio. Para isso, o trabalho argumenta em favor de que o tema do suicídio seja abordado progressivamente cada vez menos pelos vieses estigmatizantes e tutelares, e cada vez mais por meio da construção de diálogos mais amplos e reflexivos. Esses diálogos devem buscar vieses de enfrentamento fundamentados no acolhimento, na escuta empática e nas possibilidades diante do fenômeno. Além disso, ao dialogar com os conceitos abordados, o objetivo foi refletir sobre as alternativas de ação, reconhecendo que, muitas vezes, pequenas atitudes podem ser de grande relevância, pois, ainda que modestas, são frequentemente as únicas ações viáveis. A reflexão sobre a responsabilidade de projetar-se, especialmente em contextos de ideação suicida, é central, pois ela convoca o sujeito a continuar em busca de sentido na vida, um processo que nunca estará completamente pronto, mas que será eternamente construído.

REFERÊNCIAS

BUENO, Isaque José. **Liberdade E Ética Em Jean-Paul Sartre**. 2008. Tese (Mestrado em Filosofia). Porto Alegre. PU- Revista da ESMESC, v.30, n.36, p.181-203, 2023 200 CRS. 2008. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2957#preview-link0>. Acesso em: 19 jun. 2024.

CARVALHO, Mikaelli; GABRIEL, Nilson. Reflexões sobre a noção de angústia em Sartre: contribuições para a psicologia clínica. **Contradição: Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais**, Paranaíba, v. 3, n. 1 | Jan./Jun. 2022. Disponível em: <https://revista.unifatecie.edu.br/index.php/revcontrad/article/view/58/60>. Acesso em: 17 ago 2024.

COELHO, L. P. **A escolha de viver como uma possibilidade: reflexões sartrianas sobre o suicídio e a clínica psicológica**. 2015. 76 f. Monografia (Especialização em Psicologia Clínica na Perspectiva Fenomenológico-Existencial) - Instituto de Psicologia Fenomenológico-Existencial do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *O suicídio e os desafios para a psicologia* Brasília: CFP, 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINAL-revisao61.pdf> Acesso em: 27 ago. 2024.

DUTRA, Elza. Pensando O Suicídio Sob A Ótica Fenomenológica Hermenêutica: Algumas Considerações. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies** [em linha]. 2011, XVII(2), 152-157 [fecha de Consulta 17 de Agosto de 2024]. ISSN: 1809-6867. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=357735515006>

FEIJOO, A.M.L.C. **Suicídio e luto: Da investigação fenomenológico-hermenêutica às práticas clínicas fenomenológico-existenciais**. 1º Edição. Rio de Janeiro: Edições IFEN, 2021.

FRANKL, V. E. (1985). *Em busca de sentido*. Petrópolis: Vozes. Disponível em: <https://urantiagaia.org/mental/logoterapia/EmBuscaDeSentido-ViktorFrankl.pdf>

GONÇALVES JR., Arlindo F. A noção de inautenticidade em Heidegger e Sartre. *Reflexão, [S. l.]*, v. 30, n. 87, 2015. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reflexao/article/view/3185>. Acesso em: 19 set. 2024.

Heidegger, M. **Ser e Tempo. (v.I). 15. ed.** Petrópolis: Vozes., 2005. (Originalmente publicado em 1927)

KURCGANT, D.WANG, Y.P. **Aspectos históricos do suicídio no ocidente**. In: MELEIRO, A.M.A.S; TENG, C.T. WANG, Y.P. (Orgs.) *Suicídio: estudos fundamentais*. São Paulo: Segmento Farma, 2004. p. 37-52.

MINGWAU, C., BORIS, G. D. J. B., MELO, A. K., FEIJOO, A. M. L. C. (2023). Angústia e suicídio na contemporaneidade sob a perspectiva de Sartre. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Volume 75, 2023, e004. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/abp/article/download/63936/40792/192244>. Acesso em 23 set. 2024.

MINOIS, George. **História do suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária**. São Paulo: UNESP, 2018.

NETTO, Nilson Berenchtein . **Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialético**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica .São Paulo (SP), p. 168. 2007. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/nexin/dissertacoes/downloads/nilson-berenchtein-netto.pdf>

PEREIRA, E.T.R. **A falta de sentido existencial como uma das raízes para o suicídio: um estudo de caso**. Orientador: Prof. Dr. José Paulo Giovanetti 2019. Monografia (Especialização em Psicologia Clínica: Gestalt Terapia e Análise Existencial) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

ROEHE, Marcelo Vial; DUTRA, Elza. Dasein, **o entendimento de Heidegger sobre o modo de ser humano**. *Av. Psicol. Latino.* , Bogotá, v. 1, pág. 105-113, abril de 2014. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/799/79929780008.pdf> .Acesso em 17 ago. 2024.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

VARES, Sidnei Ferreira de. O problema do suicídio em Émile Durkheim. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, vol. 13, nº 18, 2007. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/download/15869/12785/>. Acesso em: 20 ago. 2024.